

Rodrigues vai lançar “livro de regime” através da Câmara

Escrito por André Lopes
Quarta, 10 Abril 2013 23:10

O presidente da Câmara foi à última reunião anunciar que a autarquia vai editar em breve um livro onde regista todas as obras realizadas pelo município com apoios comunitários nos últimos vinte anos, ou seja durante a vigência dos seus mandatos. “Torres Novas – 20 anos a transformar um concelho” será uma edição de qualidade aprumada, em que cada obra terá apenas a acompanhá-la uma pequena apresentação, fotografias e os respectivos valores envolvidos. Os dois mil exemplares terão um custo total de perto de 14 mil euros, tendo parte desta verba origem, precisamente, em dinheiros europeus.

Como Rodrigues diz que o orçamento para este ano já incluía esta edição, o assunto era para ter um mero carácter informativo, mas o vereador da CDU não deixou passar o assunto sem discussão. Carlos Tomé disse que a Câmara não precisa de mais meios de divulgação das suas obras, uma vez que já tem os boletins municipais e o site. Tomé descreveu o livro como um “puro acto de propaganda eleitoral, uma vez que é editado a seis meses das eleições autárquicas e não se trata de qualquer trabalho ou estudo técnico ou histórico”. Sendo uma obra do regime liderado pelo PS, Tomé considera que não faz sentido ser a Câmara a editá-la. A discussão em torno da concepção de “livro de propaganda” e de “obras de regime” gerou uma discussão acesa e, sabe o riachense, até alguma confusão na reunião, onde Rodrigues se terá sentido atingido pela acusação de Tomé.

O presidente da Câmara defendeu-se dizendo que a edição não é um acto de propaganda do seu regime, uma vez que não vai conter qualquer texto de interpretação e também porque não vai ser distribuído gratuitamente, mas sim vendido na biblioteca. Além disso, vai ter informações sobre os presidentes de Junta e vereadores que passaram pela Câmara durante os seus mandatos.

O vereador do PSD, João Sarmento, disse que desta vez até concordava com o vereador da CDU, porque de facto soava-lhe bastante a propaganda. No entanto, acabou por dizer que como há o suporte dos apoios comunitários não vê problema na edição.

Carlos Tomé insistiu que, gastando mais ou menos dinheiro, não deixa de ser um acto de propaganda eleitoral. “O problema é ser uma edição da Câmara, e entendo que é um acto político e que não é admissível que se usem meios públicos para fins de propaganda eleitoral”, concluiu.